

## EDITORIAL

A Revista Direito e Desenvolvimento é vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Direito desde a edição anterior, comemora, na abertura do presente número, sua elevação para o Qualis B2, classificação de periódicos científicos que, no âmbito das regras da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, do Ministério da Educação, pretende contribuir para a avaliação da produção científica-acadêmica dos docentes e discentes de Programas de Pós-Graduação stricto sensu (Mestrado e Doutorado). Ao mesmo tempo, a classificação referida denota o reconhecimento de que o esforço empreendido para a adequação às exigências da CAPES, ao longo dos últimos tempos – dentre as quais a aludida vinculação ao Programa de Pós-Graduação em Direito – permitiu que se chegasse a um estrato mais elevado de periódicos científico-acadêmico no Brasil.

É dentro desse espírito de conquista que o Mestrado em Direito do UNIPÊ, abrigado no programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD), homenageia o Professor Dr. Oswaldo Trigueiro do Valle. E o faz registrando ter estado ele na vanguarda, tanto das ideias quanto da concretização de uma nova estrutura do Curso de Direito, estrutura essa que permitiu o percurso dos caminhos da pesquisa e da pós-graduação, resultante na criação do primeiro Mestrado da Instituição, dentro das estritas determinações da CAPES/MEC. Ao Professor Oswaldo Trigueiro, além da nossa homenagem, também o nosso agradecimento.

Ao mesmo tempo, agradecemos o apoio do Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ, na pessoa da Magnífica Reitora Professora Doutora Ana Flávia Medeiros da Fonseca que tem sempre incentivado as atividades e compreendido as necessidades do PPGD.

O periódico Direito e Desenvolvimento, sempre nesse espírito, e em conformidade com os padrões do PPGD/UNIPÊ continuará buscando articular estudos diversificados na área do Direito e Desenvolvimento, pautando um equilíbrio entre eles e atendendo aos pesquisadores nacionais e estrangeiros.

Neste número 11 são abordados os seguintes temas: cidadania na ordem constitucional; educação brasileira; contratos de parcerias; genéticos; direito internacional do mar; direito universal; governança; defesa do meio ambiente; contrato de transporte; redes sociais. Uma inovação nessa edição é a publicação de um artigo que foi premiado no IV Congresso Paraibano de Direito Econômico, realizado nos dias 9 a 11 de abril no UNIPÊ.